

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Duarte Jr)

Requer informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS) sobre a contratação e o uso de sistema de inteligência artificial na análise de supostas irregularidades em benefícios do BPC.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministro Sr. Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS), a fim de obter esclarecimentos sobre **“o uso da inteligência artificial nas revisões dos benefícios assistenciais geridos pelo INSS”**.

JUSTIFICATIVA

No dia 20 de março de 2025, milhares de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) passaram a receber notificações do INSS comunicando a identificação de supostas irregularidades na renda familiar, com fixação de prazo para apresentação de defesa até 19 de abril de 2025. Contudo, as notificações não informam a origem, o valor ou o período da renda considerada irregular.

Enviado em 20/03/2025, por INSS

Foi constatada renda que afeta o benefício.
Apresente defesa em até 30 dias. Dúvidas?
Ligue 135 ou use o app Meu INSS.



Além da ausência de clareza nas comunicações, os beneficiários têm enfrentado graves dificuldades de acesso a informações por meio da plataforma Meu INSS e do telefone 135. Em diversas situações, inclusive, servidores do INSS têm informado que não possuem acesso aos detalhes da análise que resultou na notificação.

Segundo matéria publicada pelo portal Poder360, o Presidente do INSS declarou que a apuração que fundamentou o envio das notificações foi realizada por inteligência artificial (IA), contratada por US\$ 10,5 milhões de dólares junto a uma empresa estrangeira. No entanto, a contratação e o funcionamento da ferramenta não foram amplamente divulgados, o que compromete a transparência, a previsibilidade e a legitimidade do processo administrativo.

Com menos de 15 dias até o fim do prazo de defesa, há risco concreto de suspensão indevida do BPC, afetando milhares de idosos e pessoas com deficiência em extrema vulnerabilidade social. O valor atual do benefício, de R\$ 1.518,00, é muitas vezes a única fonte de subsistência das famílias atingidas.

Diante da relevância do tema para a saúde pública, aguarda-se o pronto atendimento a este requerimento.

Sala das Sessões, de de 2025.



Deputado Federal DUARTE JR

PSB/MA

